

ARTIGOS



Versos e Contra Versos

Estudos Feministas e Formação Docente¹

Amanda Motta CASTRO, *Universidade Federal do Rio Grande*

Rita de Cássia MACHADO, *Universidade do Estado do Amazonas*

Este texto é escrito a partir de uma indignação reflexiva: o caso do estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro, em maio de 2016. O estupro da adolescente de 16 anos por mais de 30 homens comoveu o país e, de forma devastadora, deixou inúmeras pessoas (entre elas, eu) extremamente indignadas. Professoras e feministas, nós, enquanto movimento social das mulheres, temos trabalhado de longa data com a questão da violência contra as mulheres. Entretanto precisamos trabalhar mais, escrever mais, falar mais e estar em constante movimento de denúncia e anúncio (categorias centrais na obra de Paulo Freire) sobre as inúmeras violências contra as mulheres no Brasil. A adolescente carioca foi violentada pelo menos três vezes: primeiro, pelos estupradores; segundo, pelo estado e, terceiro, pela sociedade. Isso porque, além da violência no corpo (pelos estupradores), a menina foi violentada pelo estado através da polícia que, no primeiro depoimento, perguntou à jovem se ela “gostava de sexo grupal, porque tinha saído naquela noite e quais eram suas práticas sexuais”. Durante esse turbilhão, a adolescente ainda é violentada pela sociedade que vasculha sua vida nas redes sociais, blogs e entre pessoas que a conheciam. A grande maioria não buscava formas de estender ajuda e sororidade (palavra resgatada pela Teologia Feminista, que significa “irmãs”), buscavam saber, principalmente, como era o comportamento, as roupas e de que forma era a vida cotidiana da adolescente. No meio de todo esse drama, para as pessoas que trabalham tanto com os Estudos Feministas e Educação, existe uma entre tantas outras perguntas: o que a educação tem a ver com a cultura do estupro que sustenta a sociedade patriarcal? Este texto propõe a reflexão acerca desta pergunta. Não é nosso objetivo colocar mais uma “carga” na mão da Educação, nem dos(as) docentes.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Docente. Estudos Feministas. Cultura do Estupro.

¹ Uma primeira versão deste texto foi apresentada no seminário Vozes da Educação na UERJ.



Faixa Amarela

*Eu quero presentear
A minha linda donzela
Não é prata nem é ouro
É uma coisa bem singela
Vou comprar uma faixa amarela
Bordada com o nome dela
E vou mandar pendurar
Na entrada da favela
Vou dar-lhe um gato angorá
Um cão e uma cadela
Uma cortina grená para enfeitar a janela
Sem falar na tal faixa amarela
E para o nosso papá vai ter bife da panela
Salada de petit-pois, jiló, chuchu e "bringela"
Vou fazer dela rainha do desfile da portela
Eu vou ser filho do rei, e ela minha cinderela
E para gente se casar vou construir a capela
Dentro dum lindo jardim com flores, lago e pinguela
Mas se ela vacilar vou dar um castigo nela
Vou lhe dar uma banda de frente
Quebrar cinco dentes e quatro costelas
Vou pegar a tal faixa amarela
Gravada com o nome dela
E mandar incendiar
Na entrada da favela
(Música composta por Zeca Pagodinho, 1997)*



Ainda estamos estarecidas com o brutal estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro, os organismos internacionais de direitos humanos mais uma vez estão de “olhos” no Brasil e os movimentos sociais de mulheres pedem justiça.

Na entrevista coletiva da polícia, no dia 27 de maio de 2016, sobre o dramático, bárbaro e violento caso da menina de 16 anos estuprada, Fernando Veloso, chefe da polícia civil do Rio de Janeiro, disse que só no Rio de Janeiro – repito: só no Rio de Janeiro – são registrados na polícia mais de quatro (4) mil estupros por ano (esse número é somente o que teve registro na polícia), números alarmantes.

Muito se tem falado da Cultura do Estupro, ou seja, uma forma de violência contra as mulheres que estão disseminadas em diversas instituições, que é incentivada pela publicidade, naturalizada pela publicidade e meios de comunicação. Mesmo as canções mais famosas da música popular brasileira apresentam essa cultura e a colocam como um elogio: “Olha que coisa mais linda / Mais cheia de graça / É ela, menina / Que vem e que passa / Num doce balanço / A caminho do mar.” (JOBIM, 1963).

Homens muito mais velhos, observando eroticamente o corpo de meninas jovens, além de incentivarem a cultura do estupro, romantizam a pedofilia. Basta recordar uma minissérie televisiva que fez grande sucesso no Brasil recentemente. Nela, uma jovem modelo é coagida pela dona da agência a fazer programa com um empresário. Ele entende a menina, com dezesseis anos, como uma mercadoria que comprou e deve dispor como quiser. Quando ela se nega a manter relações sexuais com ele, a saída encontrada foi seduzir a mãe, transformando-se em padrasto da menina e chantageando-a para que continuasse realizando suas fantasias sexuais, traindo a própria mãe. Muitas críticas foram feitas à menina, pois deveria ser fiel à figura santificada da mãe, mas nem a cafetina, nem o contratante foram vistos, pelo senso comum, como criminosos. Em nenhum momento, o roteiro optou por punir qualquer uma dessas figuras pelo crime que estavam cometendo.

A prova cabal de que essa cultura está disseminada e naturalizada é que, atualmente, o mesmo ator faz um comercial de TV de uma cerveja que tem, como *slogan*, a seguinte frase: “a proibida é mais gostosa”. Num país onde o número de estupros é alarmante, a que mais poderia referir o termo “proibido”?



Os dados da Central de Atendimento à Mulher no Brasil, em comparação com o mesmo período em 2014, constatou que houve aumento de 300,39% nos registros de cárcere privado, com média de 10 registros/dia; de 165,27% nos casos de estupro, com média de oito relatos/dia, ou seja, a cada 3 horas é registrado um caso de estupro no Ligue 180²; e de 161,42% nos relatos de tráfico de pessoas, com registro médio de 1 registro/dia, ou seja, tráfico de mulheres para prostituição. Outra atendente revela que, além do cárcere privado, os casos que a deixam mais triste são “de mulheres de policiais agredidas por seus maridos”.

A permanência do patriarcado como estruturante das relações sociais de gênero permite que o corpo das mulheres, historicamente, pertença aos homens e ao Estado. Em sociedades patriarcais, como a nossa, a autonomia sobre nossos corpos ainda é uma luta dos movimentos feministas. Sobre isso, Marcela Largarde (2010, p. 365) afirma:

En la femineidad destinada, las mujeres sólo existen maternalmente, y sólo pueden realizar su existencia maternal a partir de su especialización política como entes inferiorizados en la opresión, dependientes vitales y servidoras voluntarias de quienes realizan el dominio y dirigen la sociedad. Las mujeres deben mantener relaciones de sujeción a los hombres, en este caso, a los cónyuges. Así articuladas la maternidad y la conyugalidad, son los ejes socioculturales y políticos que definen la condición genérica de las mujeres; de ahí que todas las mujeres son madresposas.

A autora considera que todas as mulheres, independentemente de terem casado ou tido filhos/as, são madresposas, pois o lugar de cuidadora dos homens será ocupado por todas em algum momento da vida.

Todas las mujeres son madresposas independientemente de que lleguen a concretar la progeneratura y el matrimonio. El espacio vital destinado a las mujeres es la reproducción social y su cuerpo es depositario de la procreación. Su vida toda se desenvuelve en la dependencia vital con los hombres (filial o conyugal). Es un cuerpo apreciado sólo por su utilidad social. Es un cuerpo que define la existencia, no es un cuerpo humano. (LAGARDE, 2010, p.380).

² Ligue 180 é um canal de denúncia à violência contra mulher, mantido pelo Governo Federal.



O mesmo argumento – o da liberdade de decidir – não vale para o aborto. Esse corpo é livre para consumir e ser consumido, mas não para se autodeterminar. Mesmo custando a vida de milhares de mulheres todos os anos, o corpo feminino continua sendo santificado por uma maternidade compulsória, pela negação da livre sexualidade e pela da tutela do Estado.

Simone de Beauvoir (2009) afirma que a “biologia não é destino”. Isso implicou um (re)olhar para a educação das meninas e das mulheres. Impulsionou que as próprias mulheres pensassem que, se eram da maneira que eram e se comportavam de tal maneira, era porque foram educadas para agir e ser assim. Beauvoir colocou em cena a discussão de que as mulheres poderiam ser educadas de outra maneira. A mulher poderia escolher ser o que ela quisesse ser. Poderia escolher sua feminilidade. Para Beauvoir, não há um jeito único, tampouco um jeito certo de ser mulher.

Ao mapear todos os lugares onde há relações de submissão, inclusive a sexual, ela denuncia a subordinação das mulheres no casamento e na sociedade. Beauvoir chama as mulheres para reivindicar por seus direitos. Ela provoca um olhar da sociedade para a transformação da condição das mulheres.

Mesmo se tratando de um livro teórico e não de cunho militante, o “Segundo Sexo” teve, primeiramente, uma maior repercussão no meio acadêmico e, posteriormente, uma maior repercussão a partir de maio de 1968, no movimento social feminista. Nesse período, Simone de Beauvoir também se engaja no movimento feminista, naquilo que ficou conhecido como segunda onda feminista.

A chamada “segunda onda” teve início no final dos anos 1960, concomitantemente com os movimentos contestatórios da época. Segundo Adelman (2004, p. 2),

[...] o que aconteceu nos anos 60 abalou a legitimidade de certas formas de poder e autoridade ou, pelo menos, criou movimentos que iniciaram essa tarefa, de maneira que pudemos ter acesso a uma nova linguagem para refletir sobre o mundo e, provavelmente, também para agir nele.

Nesta fase, são trabalhadas várias questões do feminismo como, por exemplo, o conceito de gênero. De acordo com Alves e Pitanguy (1985), a partir desta década, além das reivindicações já expostas em



outro período, as feministas apresentam também o questionamento sobre a influência da cultura nas desigualdades.

Ainda segundo as autoras:

O “masculino” e o “feminino” são criações culturais e, como tal, são comportamentos apreendidos através do processo de socialização que condiciona diferentemente os sexos para cumprirem funções sociais específicas e diversas. essa aprendizagem é um processo social. aprendemos a ser homens e mulheres e a aceitar como “naturais” as relações de poder entre os sexos. (alves; pitanguy, 1985, p. 55).

Dessa forma, podemos perceber que o caráter opressivo, até então ligado ao reducionismo biológico, passou a se apresentar sob a ótica cultural; ou seja, somos culturalmente formados, aprendemos que tal hierarquia entre os gêneros é natural. Assim, sendo um conceito aprendido e não intrínseco, pode ser transformado.

O importante *slogan* que foi apresentado durante a segunda onda, “O Pessoal é Político”, rompe com o significado estabelecido até então para público e privado, pois o que pretende é trazer questões até então entendidas como exclusivas do privado para as esferas do político e do público; dessa forma, transforma a dicotomia público-privado.

Segundo Costa (2005) e Levatti (2011), tal dicotomia era a base do pensamento liberal acerca da política, sendo que a ideia de público sempre se referia ao Estado, à economia e a tudo que pudesse estar relacionado ao político. Já o privado estava intrinsecamente ligado à esfera do doméstico, da vida familiar – isto é, relacionado ao pessoal (homem) e ao feminino. Ainda segundo as autoras, tal afirmação pode ser pensada “não apenas como uma bandeira de luta mobilizadora, mas como um questionamento profundo dos parâmetros conceituais do político”. (COSTA, 2005, p. 10).

A emancipação das mulheres, em Simone de Beauvoir, significa que elas podem ser pensadas sem os homens, podem ser elas mesmas, pensar com suas próprias ideias e ser protagonistas de suas vidas. Mas, para tudo isso acontecer, as meninas e as mulheres precisariam ser educadas de outra maneira e deveriam aprender a ser autônomas naquilo que diz respeito a escolher seu próprio destino.

Isso significa dizer que nosso corpo – o corpo feminino que, com o advento do capitalismo, o patriarcado expropria das mulheres e entrega aos homens – será entregue ao mercado. Nosso corpo é o lugar onde toda essa mercantilização se materializa. A publicidade torna-se o



deus da sociedade contemporânea. Seu papel será o de criar o desejo de consumo. Ela materializa e coisifica as mulheres, tornando-as a mercadoria mais rentável do mundo. A maternidade, a sexualidade, o trabalho; todas as esferas da vida e existência feminina tornam-se mercadorias. Por isso, uma das principais lutas da Marcha Mundial das Mulheres é contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres, assim como o reconhecimento dos cuidados como trabalhos não remunerados pelo capital.

No plano da sexualidade, a vida sexual das mulheres é normatizada e erotizada para um padrão de consumo masculino e violento. Erotiza-se esse corpo, atrelando a compra de produtos com o acesso às mulheres. Assim, as propagandas dos produtos estão associadas às possibilidades de conquistas das mulheres. Por exemplo, se você comprar o carro tal, uma mulher surgirá dentro dele; se você consumir determinadas marcas de cerveja, sairá do bar com uma ou mais mulheres; se você usar determinado antitranspirante, algumas delas cairão sobre você. Essas são algumas das mensagens que transmitem esses comerciais. Isso é cultura do estupro.

A Educação e as Mulheres: Poesias Machistas

Tanto Elí Bartra (2008) como Martha Nussbaum (2002) vão afirmar que as mulheres são pessoas de “segunda categoria”. Essa afirmação se sustenta porque as mulheres são mais mal alimentadas; têm menor nível de saúde; são mais vulneráveis ao abuso sexual, à violência física; são menos alfabetizadas do que os homens; ganham menos que os homens, sofrem mais assédio em espaços de trabalho do que os homens e tem menos direito de ir e vir.

O samba de raiz embala as noites brasileiras e, entre os artistas e produções que dão o tom da dança no país do samba, está à música de Zeca Pagodinho composta em 1997. Na noite de bares e botecos, entre conversas informais, danças e risadas, a letra violenta pode passar despercebida... Aliás, muitas vezes, quando ouvimos Faixa Amarela no rádio ou durante um show, o ritmo é tão alegre e festivo que, realmente, é fácil ignorar tal aspecto. Essa música é um dos diversos exemplos que podemos dar quando o assunto é a cultura da violência contra as mulheres.



A questão central é: existe uma cultura que incita e sustenta a cultura da violência, bem como “justifica” o agressor. A música do sambista brasileiro afirma em alto e bom tom: “se ela vacilar”, receberá um “castigo” – isso leva a uma “explicação” da violência que não justificativa, nem explicação. Quem nunca escutou os ditos populares: “ela sabe por que está apanhando...” ou “foi estuprada, mas olha a roupa dela...” ou, citando o político corrupto brasileiro Paulo Maluf, “Se está com desejo sexual, estupra, mas não mata”. Essas afirmações, músicas, filmes e ditos populares sustentam a violência contra as mulheres.

Neste quadro social dramático, a formação docente tem uma entre muitas outras questões a abordar: Mulheres e Feminismo. A educação exerce uma parte fundamental de formação das pessoas logo, essa pauta precisa ser incluída na nossa práxis. No livro *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire (1999) vai apontar exigências no ato de ensinar... E a capacidade de se indignar é uma delas. Dessa forma, seguimos esse pensamento, compreendendo que se indignar e lutar para transformar faz parte da Educação.

Ao fazer a reflexão das mulheres “como o outro”, não como seres de autonomia, Beauvoir (1970, p. 12) questionou e denunciou a “dominação insustentável” reproduzida pelo sistema de educação e pela sociedade patriarcal: “de onde vem essa submissão da mulher?”, “por que as mulheres não contestam a soberania do macho?” E questionando as mulheres acerca de sua própria condição, faz a denúncia da dominação dos homens com relação à vida das mulheres; uma dominação que não tinha sentido de existir, pois havia tantas mulheres quanto homens, em termos quantitativos. Vejamos este excerto:

[...] as mulheres, quando se lhes confia uma menina, buscam, com um zelo em que a arrogância se mistura ao rancor, transformá-la em uma mulher semelhante a si próprias. E até uma mãe generosa que deseje sinceramente o bem da criança pensará em geral que é mais prudente fazer dela uma “mulher de verdade”, porquanto assim é que a sociedade a acolherá mais facilmente. Dão-lhe por amigas outras meninas, entregam-na a professoras, ela vive entre matronas como no tempo do gineceu, escolhem para ela livros e jogos que a iniciem em seu destino, insuflam-lhe tesouros de sabedoria feminina, propõem-lhe virtudes femininas, ensinam-lhe a cozinhar, a costurar, a cuidar da casa ao mesmo tempo que da *toilette*, da arte de seduzir, do pudor; vestem-na com roupas incômodas e preciosas de que precisa tratar, penteiam-na de maneira complicada, impõem-lhe regras de comportamento: “Endireita o corpo, não andes como uma pata”. Para ser graciosa, ela deverá reprimir seus movimentos espontâneos;



pedem-lhe que não tome atitudes de menino, proíbem-lhe exercícios violentos, brigas: em suma, incitam-na a tornar-se, como as mais velhas, uma serva e um ídolo. Hoje, graças às conquistas do feminismo, torna-se dia a dia mais normal encorajá-la a estudar, a praticar esporte; mas perdoam-lhe mais do que ao menino o fato de malograr; tornam-lhe mais difícil o êxito, exigindo dela outro tipo de realização: querem, pelo menos, que ela seja *também* uma mulher, que não *perca* sua feminilidade. (BEAUVOIR, 1970, p. 23).

Beauvoir opôs-se à subordinação, à opressão feminina, ao silenciamento das mulheres, tanto na história quanto no cotidiano. Criticou o fato de as mulheres não se colocarem “autenticamente como sujeitos” e falou sobre as diferenças entre homens e mulheres. O papel da mulher na sociedade e independência feminina foram questões abordadas em suas obras. Sua luta foi a feminina e, nela, contribuiu para a mudança dos papéis estabelecidos, bem como para a caminhada do movimento feminista, que a teve como representante.

Beauvoir situa a mulher como um ser humano, mas provoca a pensar tal condição de ser humano, pois, para ela, não bastava afirmar isso, mas, sim, reconhecer a singularidade da mulher. “Sem dúvida, a mulher é, como o homem, um ser humano. Mas tal afirmação é abstrata; o fato é que todo ser humano concreto sempre se situa de um modo singular”. (BEAUVOIR, 1970, p. 8). Além disso:

E, em verdade, basta passear de olhos abertos para comprovar que a humanidade se reparte em duas categorias de indivíduos, cujas roupas, rostos, corpos, sorrisos, atitudes, interesses, ocupações são manifestamente diferentes: talvez se destinem a aparecer. O certo é que por enquanto elas existem com uma evidência total” (BEAUVOIR, 1970, p. 8-9).

A mulher na História foi pouco reconhecida como ser humano de direitos e um ser capaz de filosofar. Muitos filósofos se posicionaram de forma que contribuísse para a exclusão das mulheres e seus silenciamentos. Para Pitágoras, a mulher era um princípio mau. Aristóteles acreditava que as mulheres sofriam de uma carência natural e, por isso, defendeu que um princípio mau criou o caos, as trevas e as mulheres, enquanto que o bom criou a ordem, a luz e os homens. Também disse Aristóteles que “a fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades”. Kierkegaard considerava uma infelicidade ser mulher. Foram muitas as aberrações ditas pelos filósofos na história da Filosofia; nem mesmo Santo Tomás de Aquino deixou de dizê-las. Para



ele, a mulher é um homem incompleto, um ser ocasional. Hegel considerava que as fêmeas não eram desenvolvidas e, por isso, as considerou seres passivos, sendo o homem o princípio ativo.

Estupro e a Cultura que o Sustenta

Quando falamos de feminismo, pensamos ser fundamental a retomada da reflexão importante de Graciela Hierro (2007, p. 14):

Se ha superado y la etapa del feminismo, creo yo, en que se daba la lucha de las mujeres en contra de los hombres concretos, padres, hermanos, esposos, amantes, hijos y se combatía la ideología patriarcal en la figura del hombre con la que se entabla la relación interpersonal. O contra las mujeres que constituían la cara femenina del patriarcado.

A partir dessa perspectiva, compreendemos que nossa luta não é necessariamente contra os homens. Afinal, tanto homens como mulheres contribuem para a manutenção da sociedade patriarcal. Nossa luta, portanto, é diária e contra a ideia de que nossos corpos não nos pertencem.

Assim, é importante fundamentar o que entendemos por gênero e patriarcado.

Compreendemos gênero como sendo um conceito ideologicamente e politicamente produzido no bojo da luta dos movimentos sociais de mulheres. De acordo com Marta Lamas (2002), o conceito de gênero começa a ser utilizado nas ciências sociais como categoria a partir da década de 1970, e vai ganhar força nos anos 1980. Desde então, a Academia passa a trabalhar com o conceito de gênero, abordando como são construídos culturalmente o ser homem e o ser mulher. Para a mesma autora, é importante destacar que “hay que tener siempre presente que entre mujeres y hombres hay más semejanzas como especie que diferencias sexuales” (LAMAS, 2002, p. 37).

Nessa abordagem, gênero é a aprendizagem que acontece nas relações socialmente produzidas entre homens e mulheres e destes entre si. Portanto, homens e mulheres aprendem a ser o que são na cultura em que estão inseridos. Seguindo esse referencial, as pessoas (através de marcadores de gênero, filmes, música, jogos, brinquedos, literatura) nos ensinam, desde a infância, como devemos ser homens ou mulheres para sermos socialmente aceitos (SAFFIOTI, 2004). Com isso, a velha e boa



conceituação de Simone de Beauvoir (2009) configura-se como eixo: aprendemos a ser mulheres e homens, humanamente. E como estamos inseridos no contexto histórico-patriarcal, aprendemos a ser heterossexuais (homens e mulheres). As mulheres aprendem a ser de alguém e para os outros (LAGARDE, 2011), e o homem aprende que deve dominar a mulher, mesmo que ela possa ser a “rainha do lar” – leia-se: a *madresposa*, que produz a manutenção da lógica patriarcal, segundo Lagarde (2011), Margarita Pisano (2001, 2004).

O conceito de gênero se interpenetra com o conceito de patriarcado, pois é o conceito de patriarcado que explica a estrutura social que inferioriza as mulheres. Para Marcela Lagarde (2012), a definição de patriarcado foi realizada em 1861 por Henry Maine, que o define como a lei do Pai.

Didaticamente, Ivone Gebara (2007, p. 19) explica: “sociedade patriarcal significa que a maneira pela qual somos educados é marcada por concepções que valorizam um referencial teórico masculino mais do que o feminino”. Para Hierrro (1990, p. 5), “el patriarcado que justifica su rechazo tildándola de la culpable de los males que aquejan la humanidad. El exterminio de las brujas en la Edad Media, no se debió al hecho de que poseían poderes ocultos, sino por ser mujeres”.

Lagarde (2011, p. 91) assim define: “El patriarcado es uno de los espacios históricos del poder masculino que encuentra su asiento en las más diversas formaciones sociales y se conforma por varios ejes de relaciones sociales y contenidos culturales”. Segundo Neuma Aguiar (2000, p. 01), “o patriarcado se pauta pela dominação do público sobre o privado”.

Sendo assim, historicamente, o que é produzido pelas mulheres no cotidiano privado é avaliado como de menor valor social, se comparado ao que é produzido pelos homens nos espaços públicos.

Contudo, o patriarcado, ao negar às mulheres o espaço público, não necessariamente dá poder às mesmas no espaço privado:

Às mulheres não é negado somente o acesso ao espaço público, mas também está limitado o exercício de decisão no âmbito privado. Este espaço em última instância está sob a autoridade do patriarca, pai e senhor. Uma consequência desta assimetria de poder está na definição e prescrição dos valores e normas que irão reger a sociedade. Estes vão seguir os parâmetros masculinos e serão percebidos como “universais” enquanto que os valores femininos serão “especiais” ou



particularmente “particulares/peculiares. (NEUENFELDT, 2006, p. 85).

Dessa forma, neste lugar onde as mulheres desenvolveram um cativeiro aconchegante (LAGARDE, 2011), o patriarcado também lhes nega o poder de decisão. Em tal espaço, a decisão final, em grande medida, também continua sendo dos homens.

Compreendemos ser necessário a retomada da leitura dos escritos de Heleiete Saffioti que, há 29 anos, no pequeno livro intitulado *O poder do macho*, a socióloga brasileira vai explicar a dominação do masculino e seus desdobramentos que colocam em desvantagem e vulnerabilidade as mulheres.

Precisamos discutir a cultura do estupro! Estamos em Luta! A pesquisadora Sandra Duarte de Souza aborda exatamente esta questão :

Um bilhão de mulheres, ou uma em cada três do planeta já foram espancadas, forçadas a ter relações sexuais ou submetidas a algum tipo de abuso. 50% das latino-americanas experimentaram algum tipo de violência. No Brasil estima-se que a cada 15 segundos uma mulher é agredida, normalmente em seu lar, por uma pessoa com quem mantém relações afetivas. (SOUZA, 2009, p. 42-43)

Os dados de casos de estupros e violência mostram que os índices continuam altos.

[...] a violência contra as mulheres segue vitimando milhares de brasileiras reiteradamente: 38,72% das mulheres em situação de violência sofrem agressões diariamente; para 33,86%, a agressão é semanal. Esses dados foram divulgados no Balanço dos atendimentos realizados de janeiro a outubro de 2015 pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR). Dos relatos de violência registrados na Central de Atendimento nos dez primeiros meses de 2015, 85,85% corresponderam a situações de violência doméstica e familiar contra as mulheres. Em 67,36% dos relatos, as violências foram cometidas por homens com quem as vítimas tinham ou já tiveram algum vínculo afetivo: companheiros, cônjuges, namorados ou amantes, ex-companheiros, ex-cônjuges, ex-namorados ou ex-amantes das vítimas. Já em cerca de 27% dos casos, o agressor era um familiar, amigo, vizinho ou conhecido. Em relação ao momento em que a violência começou dentro do relacionamento, os atendimentos de 2014 revelaram que os episódios de violência acontecem desde o início da relação (13,68%) ou de um até cinco anos (30,45%). Nos dez primeiros meses de 2015, do total de 63.090 denúncias de violência



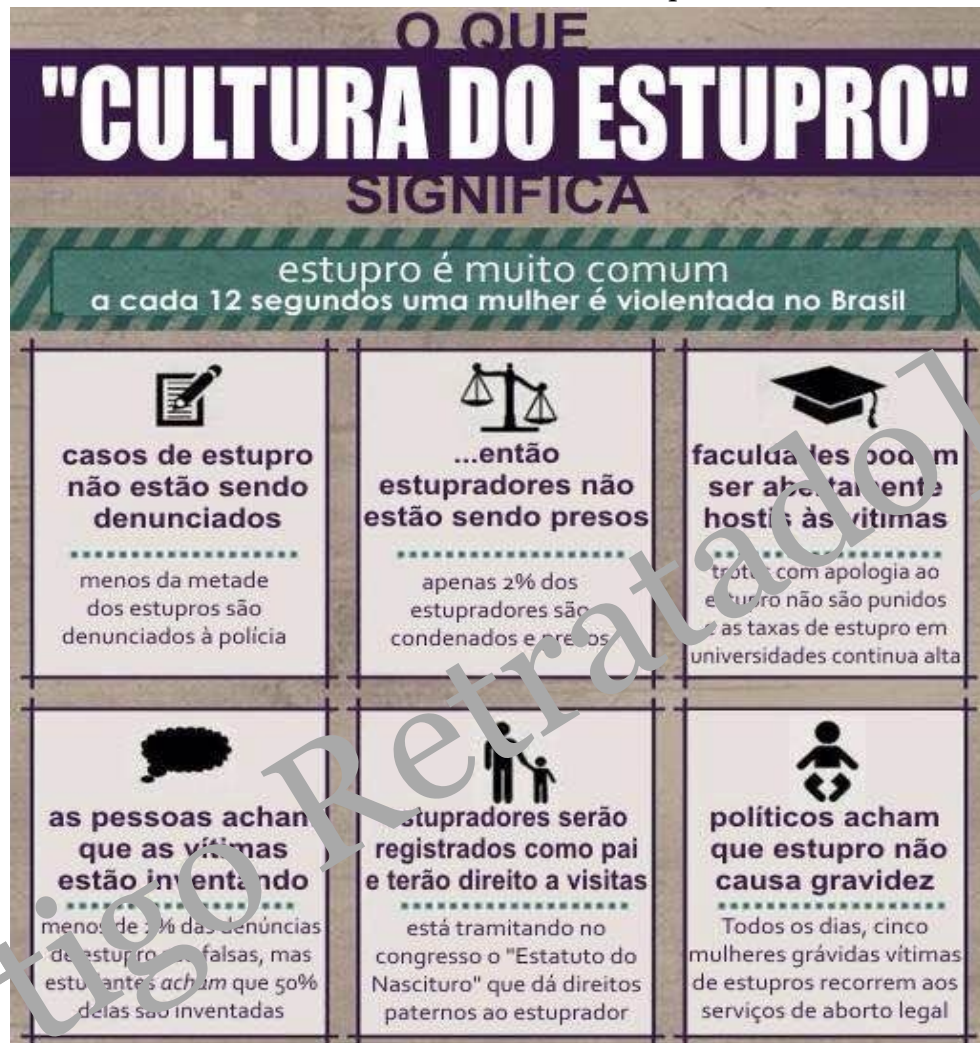
contra a mulher, 31.432 corresponderam a denúncias de violência física (49,82%), 19.182 de violência psicológica (30,40%), 4.627 de violência moral (7,33%), 1.382 de violência patrimonial (2,19%), 3.064 de violência sexual (4,86%), 3.071 de cárcere privado (1,76%) e 332 envolvendo tráfico (0,53%). Os atendimentos registrados pelo Ligue 180 revelaram que 77,83% das vítimas possuem filhos(as) e que 80,42% desses (as) filhos(as) presenciaram ou sofreram a violência. Dos atendimentos registrados em 2014, 77,83% das vítimas tinham filhos, sendo que 80,42% presenciaram ou sofreram a violência juntamente com as mães. (COMPROMISSO E ATITUDE, 2016).

Especificamente sobre estupro, os dados são alarmantes:

Em 2011, foram notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, 12.087 casos de estupro no Brasil, o que equivale a cerca de 23% do total registrado na polícia em 2012, conforme dados do Anuário 2013 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Saiba mais acessando estudo sobre estupro no Brasil realizado pelo Ipea com base nos micro dados do Sinan. Em 2013, o Ipea levou a campo um questionário sobre vitimização, no âmbito do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), que continha algumas questões sobre violência sexual. A partir das respostas, estimou-se que a cada ano no Brasil 0,26% da população sofre violência sexual, o que indica que haja anualmente 527 mil tentativas ou casos de estupros consumados no país, dos quais 10% são reportados à polícia. Tal informação é consistente com os dados do 8º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) de 2014, que apontou que 50.320 estupros foram registrados no País em 2013. Todavia, essa estatística deve ser olhada com bastante cautela, uma vez que, como se salientou anteriormente, talvez a metodologia empregada no SIPS não seja a mais adequada para se estimar a prevalência do estupro, podendo servir apenas como uma estimativa para o limite inferior de prevalência do fenômeno no País. (COMPROMISSO E ATITUDE, 2016).

Mulheres de todas as idades e de várias partes do mundo criaram uma rede de protestos, discussão e denúncia. A força do movimento de mulheres somado à pressão de organismos internacionais retiraram o delegado que estava a frente da investigação do caso da menina estuprada no Rio de Janeiro. Mensagens de apoio chegaram à vítima e sua família. Campanhas nas redes sociais foram criadas na forma de hashtags: #avitimanaoeculpada, #todascontratrinta e #precisamosfalarsobreaculturadoestupro são alguns dos exemplos que estão circulando nas redes sociais – e, até mesmo, em produções como o cordel:

FIGURA 1 – Cordel Contra a Cultura do Estupro – Salete Maria



Fonte: MAGALHÃES, Elton. Cordel contra a cultura de estupro. Salete Maria. [S. l.], 28 maio 2016. Disponível em: <<https://ocordelnaweb.wordpress.com/>>. Acesso em: 11 ago. 2016. Blog: O Cordel na Web, material publicado originalmente 26 maio 2016, em Salvador/BA.

As campanhas vieram de movimentos de mulheres como as *Católicas pelo Direito de Decidir*, blogueiras feministas, grupos de pesquisas sobre gênero e feminismos de universidades públicas e privadas, mídias alternativas como ninjas, clubes de futebol e pessoas comuns.

Além disso, protestos foram criados no *Facebook* – usando o formato de “evento” – e tivemos um movimento forte de mulheres nas ruas. Isso foi uma demonstração de que nós, mulheres, estamos em luta e que a Educação precisa provocar debates em torno da questão.



Versos em Rima: mudanças e esperança!

Pagu³

*Mexo, remexo na inquisição
Só quem já morreu na fogueira sabe o que é ser carvão
Eu sou pau pra toda obra,
Deus dá asas à minha cobra
Minha força não é bruta,
não sou freira nem sou puta
Porque nem toda feiticeira é corcunda,
nem toda brasileira é bunda
Meu peito não é de silicone,
sou mais macho que muito homem
Sou rainha do meu tanque,
Sou Pagu indignada no palanque
Fama de porra-louca, tudo bem,
minha mãe é Maria ninguém
Não sou atriz, modelo, dançarina
Meu buraco é mais em cima.
(Música composta por Rita Lee, 2000.)*

A música composta pela roqueira Rita Lee traz aos holofotes a vida de Pagu, os movimentos de protestos e lutas vindos de várias partes da sociedade durante o crime de maio de 2016, os inúmeros grupos de pesquisas que tem como mote a questão da mulher, as pesquisas realizadas em diversos programas de pós-graduações espalhados pelo Brasil que colocam em debate a questão da mulher, os eventos científicos, a lei Maria da Penha e diversos outros direitos que as mulheres possuem hoje mostram que sim, tivemos avanços!

Nas nossas andanças, militâncias e estudos anunciamos, na práxis, os Estudos Feministas. É comum ouvirmos – e, várias vezes, da própria vítima – e ler histórias de mulheres que foram/são: estupradas, maltratadas, violentadas, queimadas, assassinadas, espancadas. Além desses relatos, somam-se muitos outros de mulheres que sofrem assédio

³ Patrícia Rehder Galvão, conhecida como Pagu, nasceu em São João da Boa Vista, no dia 9 de junho de 1910, e morreu aos 52 anos, na Cidade de Santos, em 1962. Escritora e jornalista, Pagu foi Militante comunista e a primeira mulher presa no Brasil por motivações políticas. Atualmente, a UNICAMP possui O Núcleo de Estudos de Gênero Pagu. (PORTAL VERMELHO, 2010).



em ambientes de trabalho, não tem "permissão" para estudar, viajar, trabalhar, nem administrar seu próprio dinheiro. Em casos de separação ou morte do cônjuge, muitas ficam sem casa e sem dinheiro. Logo, não se tem dúvidas de que as mulheres têm menos direito de ir e vir e menos valor na hierarquia da sociedade patriarcal, a nossa liberdade está sempre em xeque.

E ainda me perguntam (Aliás, achamos que vamos ouvir essas perguntas a vida toda...): "você é feminista por que"? Ou "você são muito críticas", "você não acha que as mulheres já conquistaram tudo? O feminismo é a guerra contra os homens! Feminismo é queimar sutiã!" Nossa resposta em caixa alta é NÃO!! Não, porque o feminismo deve ser a luta por justiça, onde os homens são parceiros.

Sororidade! Essa é uma palavra usada pelos movimentos feministas. Essa busca retoma a importância de que as mulheres compartilhem dor e alegria, que sejam irmãs. Esse é o conceito que, trocando em miúdos, vai dizer que o que dói em uma mulher também deve doer igualmente em mim.

Quando fazemos uma reflexão de que a classe trabalhadora do magistério é majoritariamente composta por mulheres. Ficamos com a necessidade da articulação entre formação docente e o movimento social de mulheres.

Em nossa formação acadêmica, problematizamos questões de gênero, patriarcado e mulheres? Na escola, essa é uma pauta trabalhada? Esses são temas caros para o movimento de mulheres e precisam estar na agenda da formação docente, não somente porque formamos as próximas gerações, mas também porque essas questões tocam a nós, mulheres, e maioria no magistério. E, em nossas casas, problematizamos questões de gênero, patriarcado e mulheres?

O grande desafio que está posto é podermos pensar ao largo do patriarcado (BENSUSAN, 2004) para podermos criar espaços de reflexão e ação, denúncia e anúncio (FREIRE, 2001). Isso vai contribuir para colocar em xeque a estrutura patriarcal e buscarmos a criação de uma sociedade com justiça e igualdade entre os sexos (GEBARA, 2008).

Em 2014, a música *Faixa Amarela* foi reescrita por Martinho da Vila. Podemos observar, com isso, que os Estudos Feministas têm sido pautados em diversas atividades acadêmicas. Dessa forma, percebemos que a Educação e parte da sociedade não estão alheias às lutas do movimento de mulheres. Isso mostra que estamos no caminho de



transformação escrito diversas vezes por Freire (1999): educar exige mudança, transformação e esperança.

Referências

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.15, n. 2, jun.-dez. 2000.

BARTRA, Elí. Rumiando en torno a lo escrito sobre mujeres y arte popular. **La ventana** [online], Guadalajara, vol. 3, n. 28, p. 7-23, 2008.

BARTRA, Eli. Reflexiones metodológicas. In: BARTRA, Eli (org.). **Debates en torno a una metodología feminista**. Xochimilco: Universidade Autônoma Metropolitana, 2002.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

_____. **O Segundo Sexo**. 1. Fatos e Mitos. Tradução de Sérgio Milliet. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro: 1970.

BENSUSAN, Hilan. Observações sobre a libido colonizada: tentando pensar ao largo do patriarcado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan.-abr. 2004.

CASTRO, Amanda Motta. **Fios, tramas, cores, repassos e inventabilidade**: A formação de tecelãs em Resende Costa, MG. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015.

CEM ANOS de Pagu, musa do modernismo. **Portal Vermelho**, [S. l.], 4 jul. 2010. Disponível em <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_secao=11&id_noticia=132667>. Acesso em 22 jul. 2016.

COMPROMISSO E ATITUDE. **Dados nacionais sobre violência contra as mulheres**. Disponível em: <www.compromissoeatitude.org.br/dados-nacionais-sobre-violencia-contra-a-mulher/>. Acesso em: 11 ago. 2016.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O movimento Feminista no Brasil**: Dinâmicas de uma intervenção política. Disponível em : <<http://>



www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/01112009-115122costa.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GEBARA, Ivone. **O que é teologia feminista**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

_____. **Rompendo o silêncio: Uma fenomenologia feminista do mal**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HIERRO, Graciella. **De la domesticación a la educación de las Mexicanas**. Torres Asociados, 2007.

_____. **La violencia moral contra las mujeres mayores**. Disponível em: <http://www.creatividadfeminista.org/articulos/violencia_viejas.htm>. Acesso em: 11 nov. 2013.

LAGARDE, Marcela. **Cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. 4. ed. Ciudad del México: UNAM, 2011.

_____. **El feminismo en mi vida. Hitos, claves y topías**. Ciudad del Mexico: Gobierno del Distrito Federal, 2012.

LAMAS, Marta. **Cuerpo: diferencia sexual y género**. Ciudad del Mexico: Taurus, 2002.

LEE, Rita. **Pagu**. [S. l., 20--?]. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/rita-lee/81651/>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

MAGALHÃES, Elton. **Cordel contra a cultura de estupro**. Salete Maria. [S. l.], 28 maio 2016. Disponível em: <<https://ocordelnaweb.wordpress.com/>>. Acesso em: 11 ago. 2016. Blog: O Cordel na Web, material publicado originalmente 26 maio 2016, em Salvador-BA.

MARTINHO DA VILA altera letra polêmica de Zeca Pagodinho em disco tributo. **UOL**, São Paulo, 27 maio 2014. Disponível em: <<http://>



musica.uol.com.br/noticias/redacao/2014/05/27/martinho-da-vila-altera-letra-polemica-de-zeca-pagodinho-em-disco-tributo.htm>. Acesso em: 25 jun. 2016.

NEUENFELDT, Eliane. **Práticas e experiências religiosas de mulheres no Antigo Testamento**: considerações metodológicas. Disponível em: <http://www3.est.edu.br/publicacoes/estudos_teologicos/vol4601_2006/et2006-1f_eneuenfeldt.pdf>. Acesso em: 6 out. 2012.

NUSSBAUM, Martha. **Las mujeres y el desarrollo humano**. Barcelona. Herder. 2002.

PAGODINHO, Zeca. **Faixa Amarela**. [S. l., 20--?]. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/zeca-pagodinho/78480/>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

SÁ, Xico. As dez melhores piores frases de Maluf. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 jun. 2012. Disponível em: <<http://xicosa.blogfolha.uol.com.br/2012/06/19/as-dez-melhores-piores-frases-de-maluf/>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo. Editora Moderna. 1987.

_____. I. B. Gênero e patriarcado. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Márcia Alves da; EGGERT, Edla. O 'dentro e o 'fora' do trabalho feminino: entre os papéis de mãe, esposa e trabalhadora. **Educação Unisinos**, v. 14, p. 59-65, 2010.

**Amanda Motta CASTRO**

Professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande/FURG. Doutora em Educação pela UNISINOS com bolsa CAPES e período sanduíche realizado no departamento de Antropologia da UAM. Tem-se ocupado em pesquisar os processos de produção do conhecimento realizados por mulheres tecelãs, a fim de analisar a complexidade da aprendizagem nesse contexto em articulação com a Educação Popular e os estudos feministas. Contato: motta.amanda@terra.com.br.

Rita de Cássia MACHADO

Professora Adjunta na Universidade do Estado do Amazonas. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na linha de pesquisa Trabalho, Educação e Movimentos Sociais. Educadora popular. Contato: r.machado@uea.edu.br.

Recebido em: 21/02/2017

Aprovado em: 24/04/2017

Artigo Retrato